

O tempo é bem comum, mas esquecemo-lo

No humanismo bíblico, há o «shabbat»; no entanto, todos os dias são de Deus; depois, veio o «tempo misto» e hoje...

Luigino Bruni

Original italiano publicado em [Avvenire](#) em 29/11/2020.

«O tempo é uma criança que brinca. De uma criança é o reino».

Heráclito, Fragmentos.

Começámos a vender e a comprar tempo quando, no discurso religioso, entrou o Purgatório e, com ele, o negócio sobre tempo dos mortos e, portanto, também dos vivos. Vemos bem os efeitos da destruição do tempo na questão ambiental onde se faz destruição de futuro numa economia toda jogada no presente.

O tempo é de Deus. Por isso, o usurário, que vende o tempo, lucra com um bem não seu. Era esta uma das argumentações mais antigas contra o empréstimo com juros. Nesta natureza divina do tempo, porém, esconde-se algo de muito importante para compreender o nascimento do capitalismo: «O usurário age contra a lei natural universal, porque ele vende o tempo, que é comum a todas as criaturas. Logo, porque o usurário vende o que pertence necessariamente a todas as criaturas, ele fere todas as criaturas em geral; também as pedras, donde resulta que, mesmo que os homens se calassem diante dos usurários, as pedras gritariam». Na sua “Summa aurea”, Guilherme de Auxerre (1160-1229) acrescenta, aqui, uma dimensão importante, expressão do humanismo bíblico. O tempo é de Deus; portanto, é «comum a todas as criaturas». É um bem comum e, como tal, não pode ser objeto de comércio com o objetivo de lucro. Seria apropriação privada de um bem comum. Portanto, o tempo não seria apenas um bem divino, mas também um bem comum global e cósmico («as pedras»).

A humanidade bíblica tinha aprendido a natureza do tempo, sobretudo, durante o exílio babilónico. Ali, amadureceu o shabbat, um dia com um tempo de qualidade diferente que, só com a sua presença, torna todo o tempo não apropriável. Porque, se há um dia da semana não à disposição do homem, enquanto fora do seu domínio e do seu império, então, sobre todo o tempo, há um crisma de gratuidade que o coloca fora do registo adquirível e comercial. Isto porque, nesse mesmo exílio, amadureceu, em Israel, a proibição de empréstimo com juros. O tempo bíblico é dom e toda a terra é terra prometida nunca alcançada. Talvez a herança bíblica mais importante é a relação não-predatória com o tempo e com a terra. Além disso, o tempo bíblico traz inscrito em si o sinal do pecado. A saída do tempo cíclico do Éden e a entrada no tempo histórico é filho duma desordem na relação entre os humanos, entre os humanos e a criação (a serpente) e entre a criação e Deus. O tempo dos homens nasce ferido, mesmo que a ferida tenha gerado a bênção da Aliança e uma outra salvação. O humanismo bíblico também inventou o tempo histórico e linear, porque a história tende para um fim, tem um início e olha em frente. Em suma, a Bíblia inventou o futuro e, por isso, o passado. O seu tempo não é cíclico, mítico, circular. A Aliança e a espera do Messias deram ao tempo uma direção, puseram na ponta da linha uma seta, um sentido. O cristianismo, depois, com a encarnação e a ressurreição, reforçou e radicalizou esta natureza linear do tempo.

Mas existe uma tensão necessária entre o tempo linear e o tempo bem comum. Enquanto o tempo permaneceu estático e muito lento, a Igreja conseguiu mantê-los juntos. Fê-lo com diversos instrumentos. Sobretudo, nos

mosteiros, com a organização da liturgia. O tempo litúrgico é um mecanismo ritual que prende o fluxo do tempo num ritmo circular, onde o tempo ritual vence o tempo histórico. O tempo-quantidade flui e passa, mas o tempo-qualidade, marcado pela liturgia, dá ao tempo humano um timbre divino e, por isso, eterno. Os mosteiros encantavam as pessoas porque prometiam uma vida eterna, esconjurar a morte. Depois, na vida dos leigos, os calendários, as festas, os sinos, o ritmo da vida e das estações, os tempos cíclicos do ano litúrgico, procuravam curvar o tempo linear para o conter dentro do ciclo constante e perene da religião. O espaço era assinalado e marcado pelas imagens e sinais sagrados, nichos, sacrários, e as distâncias medidas com “Ave Marias”. Assim, o tempo passava mas, num nível profundo, permanecia o mesmo. Era como se o tempo tivesse dois níveis: um mais superficial que fluía linearmente e um mais profundo que permanecia imutável, porque divino. Neste humanismo não existiam, portanto, pré-condições culturais e concretas para tornar legítimo o empréstimo com juros. E quem pedia a compensação por um tempo que, no fundo, não mudava, fazia um ato contranatura – contra a natureza do tempo.

Quanto é que tudo isto entrou em crise? Quando começou a mudar o mundo. Pensemos na arte, nas primeiras tentativas de introduzir, já com Giotto, a profundidade e o espaço real nos frescos, que produziram a perspetiva, onde o tempo e o movimento entram na pintura. A época de Guilherme de Auxerre era também a de Joaquim de Fiore e da sua teologia do advento próximo da «idade do Espírito», que se seguiu à do Pai (Antigo Testamento) e à do Filho (Novo Testamento). A sua visão era uma visão qualitativa do tempo, guiada por um mecanismo dinâmico. O fim da vida de Joaquim (1202) cruza-se com o início da de Francisco. Os franciscanos saem dos muros dos mosteiros para se tornarem nómadas e mendicantes ao longo dos caminhos. Nestes mesmos anos, arrancam também as peregrinações. E com o movimento, começa a mudar o sentido do tempo.

Outros grandes caminheiros e cruzadores de espaços eram os mercadores. «Todos os humanos devem aspirar à conquista das Virtudes, das quais nasce a Glória; e entre os muitos caminhos que a ela conduzem, são três os mais comuns. Um é o das armas, outro é o das letras e o outro é o dos Negócios. O primeiro é perigoso, o segundo calmo, o terceiro custoso» (Giovanni Domenico Peri, “Il negoziante”, 1672). Foi determinante o aparecimento dos mercadores para a revolução da conceção do tempo. O mercador atravessa cidades e regiões, organiza operação complexas cria uma relação nova com o tempo. Vive do tempo: deve prever as oscilações dos mercados, as inflações, as guerras, as carestias. Deve especular (palavra que vem de specula, specere: ver longe) sobre os diferenciais das cotações das moedas que, naquele tempo, eram muitíssimas, inclusive a “moeda imaginária” presente nos mercados europeus entre Carlos Magno e a revolução francesa. O mercador inventa contratos novos (cartas de câmbio, comendas), cria as primeiras formas de seguros, aprende a conviver com o risco. Também o camponês dependia do tempo e do risco, mas o tempo do campo e das estações era um tempo “imediató”, ingovernável, livre e senhor. O mercador, não: ele antecipa o tempo, controla-o, escraviza-o, torna-o o primeiro elemento do ser negócio. Torna-se um especialista do tempo. Na sua profissão, o presente torna-se futuro (letra de câmbio) e o futuro presente (desconto). Para o camponês, o tempo é um vínculo; para o mercador, a sua primeira oportunidade. O camponês continuará a medir as distâncias com “Ave Marias”, o mercador com mapas e astrolábio. O camponês vive num lugar, o mercador mora no espaço.

O mercador, portanto, negocia com o tempo e, assim, o tempo económico começa a não ser mais o tempo da Igreja. Mas foi a própria Igreja e tornar lícito ou, pelo menos, possível, o comércio do tempo. Fê-lo com a criação do Purgatório. De facto, neste mesmo período, explode, na Europa, a realidade do Purgatório (já presente nos primeiros séculos cristãos), que desempenha um papel na mudança da noção do tempo (Jacques Le Goff). Com o Purgatório, a estrutura binária que tinha dominado o primeiro milénio – inferno/paraíso, cidade de Deus/cidade

do homem, virtude/vício – evolui para ternária. Antes que o tempo começasse a ser vendido pelos mercadores e pelos banqueiros com a legitimação da taxa de juros, o tempo tinha sido vendido com o Purgatório. Porque, visto nesta perspectiva, o Purgatório não é mais que a possibilidade de comprar tempo, na terra, em proveito dos mortos. Rezar ou pagar indulgências pelos defuntos significa tornar o tempo objeto de troca. Numa visão binária e polar paraíso/inferno, o tempo não pode estar à venda, porque não há modo, na terra, de influenciar o céu. Com a introdução do “terceiro caminho” do Purgatório, as ações na terra modificam o tempo dos defuntos. E, se podemos comercializar o tempo dos mortos, também o podemos fazer com o dos vivos.

A passagem de um mundo “a dois” a um mundo “a três” desenvolveu, no próprio cristianismo, o espaço de imperfeição, das realidades intermédias, da terra do meio, dos compromissos, das remissões, do alaranjado nos semáforos; das mediações entre proibido e lícito, entre tempo divino e tempo mercantil. Começam ou se amplificam as casuísticas, as distinções, as diferenças: entre dano emergente e lucro cessante, juros-lucro e juros-renda. O tempo sai do domínio de Deus e da religião. Primeiramente, torna-se domínio partilhado e disputado entre Deus e o homem. A antiga natureza divina e de bem comum do tempo não desaparece; tornou-se parcial, mas permaneceu viva e operante e permitiu, durante muitos séculos, distinguir entre uso lícito e ilícito do tempo, entre juros bons e juros usurários, entre mercadores virtuosos e desonestos, entre empresários e especuladores. O mercador tinha agarrado algum fio da corda do tempo mas, na outra ponta permanecia segura a mão da Deus e, por isso, da comunidade. O tempo e a propriedade mista permitiram o desenvolvimento da economia europeia e, ao mesmo tempo, manteve-a ancorada às comunidades.

Com este “tempo misto” chegámos aos limiares da modernidade, quando o tempo se tornou apenas um assunto humano e, assim, mercadoria. Perdendo a sua ligação com o divino, o tempo também perdeu a natureza de bem comum. E, apagando o tempo como bem comum, também perdemos o sentido do Bem comum. Mas, embora o tratemos como mercadoria privada, o tempo permanece ainda como bem comum. E, por isso, está sujeito à “tragédia dos bens comuns”: usando-o com uma lógica privatística, estamos a destruí-lo, sem nos apercebermos disso. Vemos a destruição do tempo com o ambiente, onde a destruição do tempo se está a tornar destruição do futuro de uma economia toda jogada no presente. Um tempo não totalmente mercadoria e ainda bem comum ligava as gerações entre si, dava aos filhos tempo para se tornarem melhores que os pais e que as mães. Temos de reinventar, rapidamente e juntos, uma relação não predatória com o tempo e com o espaço. Os jovens devem ajudar-nos; sem eles não conseguimos, porque a nossa geração desaprendeu uma boa relação com o tempo e com a terra. Podemos pedi-lo aos jovens; devemos pedi-lo às crianças.